

Respostas do Volt

Inquérito SOS Racismo

O Volt é um partido Europeu, o único partido que se encontra representado em vários governos nacionais e locais de todo o continente, e temos por isso como uma das nossas prioridades a maior integração europeia e a proteção dos ideais de União na Diversidade. Temos políticas muito abrangentes no que toca por exemplo ao apoio a migrantes e à criação de rotas e mecanismos seguros para sua integração no continente, assim como temos contacto com pessoas da comunidade Roma, em Portugal e noutros países e fazemos políticas também baseadas nos seus contributos.

Em Portugal e nestas Legislativas, damos também o exemplo: temos o primeiro candidato Ucraniano de sempre no nosso país, cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral de Santarém, e temos um grupo de trabalho sobre "Diversidade Étnica" dedicado inteiramente ao contacto com associações sobre este tema e à escrita de políticas informadas para combate à xenofobia. Claro, o nosso programa eleitoral tem várias políticas sobre o assunto da Diversidade Étnica e Racismo, que consideramos muito importantes. Reconhecemos, claro, que as nossas políticas sobre este tema, terão sempre de ser atualizadas, melhoradas, melhor elaboradas, e estamos abertos ao diálogo para estes fins.

1. Considerando a expressividade e violência crescente de movimentos racistas e xenófobos na Europa e em Portugal, que medidas propõem para tornar o combate ao racismo mais eficaz, nomeadamente quanto à erradicação destes movimentos, quanto a uma efetiva aplicação de sanções e quanto à adoção de medidas de proteção e apoio às vítimas?

O Volt é o primeiro partido pan-europeu e nasce precisamente como resposta à onda crescente de nacionalismos e populismos, materializados em fenómenos como o Brexit e a ascensão da extrema-direita xenófoba.

O Volt reconhece que os instrumentos jurídicos actuais a nível nacional, europeu e internacional não protegem suficientemente os indivíduos que enfrentam discriminação, tratamento discriminatório, e exclusão social.

O combate a movimentos deste tipo e a adequada proteção das vítimas passa necessariamente pelo investimento na formação das forças policiais para lidar com crimes de ódio. É essencial capacitar os agentes policiais e prisionais para as exigências, os desafios e as boas práticas de trabalho com comunidades multiétnicas.

A educação tem também um papel a desempenhar na prevenção de comportamentos extremistas. É necessário incentivar e proteger a diversidade nas escolas para promover melhores oportunidades educativas. A promoção da diversidade nas escolas tem várias vantagens, incluindo benefícios educacionais e a promoção de boas relações entre pessoas de diferentes origens. O Volt quer que os currículos escolares incorporem melhor a diversidade. Por exemplo, através do intercâmbio intercultural, o estudo de livros por autores de diferentes origens e com diferentes perspectivas, com seminários, e utilizando ferramentas pedagógicas mais práticas.

O Volt apoia o Plano de Acção anti-racismo da União Europeia e o Plano nacional de combate ao racismo e à discriminação 2021-2025.

2. Que medidas propõem para alterar o atual enquadramento jurídico, no sentido de prevenir e punir o racismo de forma mais eficaz?

É hoje clara a necessidade de uma justiça mais ágil em Portugal. O Volt propõe medidas para um Estado «inteligente», que também passam por assegurar um acesso sem entraves a sistemas jurídicos e forças de segurança humanos, justos, transparentes, responsáveis e eficientes. Por exemplo, o Volt propõe a revisão da organização interna dos tribunais, incluindo o modelo de gestão, o papel dos funcionários judiciais, a sua relação com os juízes, e as suas necessidades de formação. Limitar a possibilidade de adiamento ou suspensão de audiências, à semelhança do que sucede na Irlanda e Alemanha, é outra das nossas propostas.

Como referido em 1, as minorias continuam a ser alvo de tratamento discriminatório na sua interação com a aplicação da lei. Por isso a formação é para o Volt uma pedra angular da garantia dos direitos dos cidadãos e não-cidadãos. O Volt sublinha a necessidade de investir em capacitação de juízes, magistrados e outros funcionários públicos para reconhecerem e abordarem enviesamentos implícitos contra minorias. Por conseguinte, é essencial que os juízes, magistrados e outros funcionários públicos demonstrem justiça e justiça no exercício das suas responsabilidades. O Volt quer restabelecer a confiança no sistema judicial e assegurar que os preconceitos em relação às minorias sejam mantidos a um mínimo, se não eliminados, através de formações e outros métodos.

3. Que medidas propõem para prevenir e combater a discriminação racial no acesso ao mercado de trabalho?

O Volt considera importante aumentar a diversidade étnica e cultural nas empresas.

Conseguir uma maior diversidade e igualdade de oportunidades no trabalho não só é um imperativo moral mas também traz valor acrescentado e vantagens competitivas para as empresas. O Volt quer assegurar que tanto o sector privado como o público

respeitam e promovem a diversidade e encorajam a mão-de-obra de minorias a entrar em carreiras nas quais estão sub-representadas.

O Volt propõe medidas para motivar e encorajar a força de trabalho minoritária a entrar em carreiras nas quais haja subrepresentação. Por exemplo, através de medidas de discriminação positiva temporária (por exemplo, práticas especiais destinadas a promover a igualdade): "apoiar grupos de pessoas que enfrentam, ou já enfrentaram, uma discriminação enraizada para que possam ter acesso a oportunidades semelhantes a outras na comunidade") para acelerar a integração económica, social e cultural.

Exigir que todas as empresas de média e grande dimensão disponham de canais e linhas directas confidenciais, separadas das relações gerais dos trabalhadores, para denunciar comportamentos inadequados e discriminatórios, violência e/ou assédio. A discriminação no local de trabalho pode assumir muitas formas. Ocorre durante o recrutamento e as entrevistas e reflecte-se em salários desiguais, despedimentos injustificados e assédio. O Volt exigirá que os empregadores disponham dos mesmos, e que os mesmos sejam geridos por uma empresa externa ou por canais de denúncia separados, e que sejam geridos por uma empresa externa ou por equipas de recursos humanos separadas.

4. Que medidas propõem para promover a inclusão social de comunidades racializadas, em especial, das comunidades negras, ciganas e de imigrantes, nomeadamente no acesso a habitação condigna, tendo em conta que apenas 2% da habitação em Portugal corresponde a habitação social, valor mais baixo do que aquele que se verifica em muitos países da UE?

Em linha com a política de habitação de outros países europeus, o Volt considera que existe a necessidade de uma maior intervenção pública directa no mercado de habitação com foco nos problemas das famílias portuguesas mais afetadas pelos problemas habitacionais.

O Volt defende uma reforma no mercado de habitação com duas vertentes. A primeira, baseada numa intervenção directa do Estado através de habitação pública com o objectivo de suprir as necessidades daqueles cujas necessidades não sejam satisfeitas pelo mercado de forma adequada (famílias mais pobres, ou estudantes que necessitem de arrendar casa para continuar os seus estudos). A segunda, numa perspectiva de longo-prazo, é uma reforma que crie incentivos para um maior investimento privado em habitação (através de nova construção e reabilitação) por forma a aumentar a oferta e conter as pressões de aumento dos preços.

Aumento da oferta de habitação de forma consistente e sustentada. Queremos fomentar a construção de nova habitação pública e a requalificação de bairros degradados, com recurso a financiamento através do Banco de Fomento e/ou de Fundos Europeus.

Guiamo-nos aqui pelo modelo de Viena, que durante os últimos 100 anos tem vindo a investir na habitação social. Aplicando-lhe cerca de 20% do seu orçamento, Viena consegue atualmente um rácio de 25% de habitação pública na Habitação, tornando-se assim um exemplo mundial das metrópoles com custos de habitação mais acessíveis.

Adicionalmente, o Volt pretende promover a criação de Cooperativas de Habitação para Arrendamento Acessível, por exemplo pela aplicação de um Modelo Cooperativo, promovendo o arrendamento.

5. Que papel entendem que Portugal deve assumir no âmbito da proteção dos direitos fundamentais das pessoas que procuram o espaço europeu, com o objetivo de requererem o estatuto de asilo ou de residência?

O Volt considera que é necessária uma política comum europeia em matéria de migração e de refugiados que defina uma abordagem unificada para gerir a imigração e os fluxos de refugiados.

É necessário reformar o sistema de Dublin e definir um novo sistema de acolhimento, por exemplo, com base na população, densidade populacional, riqueza, média de idades e crescimento de um país. O sistema reformado deve prever sanções para os países que não cumpram com as normas estabelecidas.

Um acordo comum europeu sobre o asilo deve incluir mecanismos vinculativos para assegurar que todos os Estados-Membros da UE respeitam as disposições da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Tal inclui:

- Abolir imediatamente o "princípio de Dublin" (Princípio do primeiro país de asilo), segundo o qual os refugiados devem requerer asilo no seu primeiro país de chegada à UE. Este sistema tem de ser substituído por um sistema de repartição de encargos.

Assegurar que os direitos dos requerentes de asilo e dos refugiados são respeitados e que os países cumprem as obrigações decorrentes dos tratados internacionais.

- Trabalhar em conjunto com os países em vias de desenvolvimento, que acolhem mais de 80% dos refugiados de todo o mundo, para reformar o sistema internacional de refugiados.

Antecipar os movimentos de refugiados. É necessário que a UE não se limite a responder, mas que conceba antecipadamente um plano para os movimentos de refugiados.

- Reservar todos os anos uma parte do orçamento para a proteção dos refugiados, mesmo quando não há fluxos de refugiados, dado a elevada probabilidade de um número crescente de refugiados procurar a Europa por razões climáticas que a UE terá de processar.

- Identificar, catalogar e registar possíveis alojamentos para futuros fluxos de refugiados.
- Criar estratégias de partilha de encargos antes dos movimentos de refugiados ocorrerem. O Volt defende o estabelecimento de quotas para que os Estados Membros acolham refugiados.
- Pôr termo à prática de detenção de requerentes de asilo e refugiados (como acontece nas ilhas gregas, na Hungria, etc.) e trabalhar numa solução alternativa.
- Prosseguir com a prática de oferecer proteção aos refugiados durante a duração do período de risco. Além disso, oferecer residência permanente aos refugiados após um determinado período (definido como sendo de cinco a sete anos) se estes ainda estiverem em situação de risco, assumindo que são cumpridos determinados critérios. Ainda assim, os refugiados devem ser sempre encorajados e apoiados a regressar aos seus países de origem, se o puderem fazer em condições de segurança, para participarem nos esforços de reconstrução.
- Oferecer integração permanente imediata para certos tipos de refugiados, como os menores não acompanhados ou os refugiados com traumas graves, nomeadamente resultantes de situações de conflito.
- Reforçar os canais legais de migração. A UE deve reforçar os seus canais legais de migração através de programas de vistos, bolsas de estudo e autorizações de trabalho para evitar acordos de repatriação, que, de qualquer modo, só serão cumpridos se a UE disponibilizar financiamento adicional para o desenvolvimento nos países de origem.

Estabelecer uma estratégia a longo prazo para reduzir os incentivos à migração, ajudando na garantia da segurança e de oportunidades económicas nos países de origem.

6. Tendo em conta que a situação irregular de cidadãos e cidadãs estrangeiras em Portugal impossibilita-lhes o acesso a vários serviços e bens essenciais (como a saúde, educação, serviços sociais e outros) e ao mercado de trabalho, colocando os/as imigrantes em situação vulnerável, sobretudo perante redes de tráfico e exploração laboral, que medidas propõem para a regularização efetiva de estrangeiras/os indocumentadas/os?

Por forma a garantir a melhor integração possível de novos imigrantes, é necessário existir um sistema que promova essa integração. O Volt quer promover medidas simples e transparentes que ajudem os emigrantes a planearem essa chegada, como assistência financeira, fiscal, atuarial, ajuda na procura de aquisição de casa ou obras nas já existentes, coberturas médicas e sociais (no caso de carência de recursos), justo enquadramento legal e administrativo, etc.

- Criação de um Gabinete de Emigrante/Imigrante a nível Municipal. O objectivo será facilitar a integração dos novos habitantes, apoiar os não habitantes

com raízes locais e simplificar a vida dos emigrantes/imigrantes e refugiados em geral. Também servirá como atrativo para o regresso dos emigrantes atuais.

- Aulas de Língua Portuguesa gratuita para facilitar a integração. Aulas presenciais, ou via as novas plataformas digitais, para ajudar os imigrantes a rapidamente poderem obter proficiência na língua portuguesa de forma a poderem integrar com mais facilidade. Nos locais com grande concentração de estrangeiros deve ser preferencialmente presenciais, mas deve haver uma disponibilidade de horário alargado para o e-learning de forma a poder abranger os imigrantes que por dificuldades geográficas ou financeiras não possam frequentar as aulas presenciais.

7. Que medidas propõem para permitir e promover a participação política de imigrantes em Portugal?

O Volt quer liderar pelo exemplo e aplicar políticas inclusivas para contribuir activamente para a igualdade real. São necessárias estratégias abrangentes para abordar as questões com uma vasta gama de medidas, tais como:

- Implementar programas para encorajar as minorias a entrar na política, e apoiá-las uma vez lá, através de cursos de formação, tutoria, campanhas públicas, e outros meios.
- Educar o público sobre os benefícios da diversidade na tomada de decisões políticas.
- Activamente informar os imigrantes dos seus direitos legais.

8. Que medidas consideram úteis para combater o tráfico de pessoas?

O Volt apoia a Estratégia da UE em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos e tal como o Plano nacional de combate ao racismo e à discriminação implementada a nível nacional um Plano Nacional de Combate ao Racismo, apoia a criação de um Plano Nacional de luta contra o tráfico de seres humanos com base nesse documento e nas suas recomendações.

9. Considerando os sucessivos casos de violência policial, perpetrados por elementos da PSP, GNR e SEF, que medidas consideram eficazes para prevenir a ocorrência de novos casos e para julgar e punir, de forma célere, quer judicial, quer disciplinarmente, os responsáveis?

O sistema de justiça é vital para assegurar que os litígios sejam resolvidos de forma ordenada e que as vítimas sejam protegidas. Em toda a Europa, as pessoas que são, ou parecem ser, de grupos minoritários ligados à sua etnia ou cor de pele são ainda mais susceptíveis de serem presas, acusadas, processadas ou encarceradas.

O Volt propõe melhorar os mecanismos de aplicação da lei, nomeadamente no que toca a erradicar a violência policial, o assédio e a caracterização étnica (profiling), garantindo que a polícia cumpre o seu dever de proteger a sociedade.

O Volt também apoia o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança da autoria da IGAI assim como os 15 objectivos nela inscrita para as cinco áreas de actuação.

A criação em cada FSS da figura do/a Oficial de Direitos Humanos (Objectivo 12 da área “Mecanismos Preventivos e Monitorização”) é um ponto de partida apresentado neste plano que caminha nesse sentido.

10. Considerando os vários relatórios de entidades internacionais – tais como a ONU e o Conselho da Europa – que têm vindo a alertar para o aumento da violência policial e para a infiltração de membros de organizações criminosas e de extrema-direita nas forças policiais, que medidas entendem úteis para prevenir, identificar e combater tais factos?

O Volt também apoia o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança da autoria da IGAI assim como os 15 objectivos nela inscritas para as cinco áreas de actuação.

A área de Recrutamento (Objectivo 1 e 2) e Formação (Objectivo 4 e 5) serão essenciais para a despistagem destas situações.

11. Qual é a vossa posição quanto ao Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação e que medidas propõem para a sua implementação?

O Volt apoia o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação. Caso ganhe representação parlamentar, irá votar a favor da sua implementação.

12. Que medidas propõem para combater os fenómenos de discriminação de género, que colocam as mulheres de comunidades racializadas e grupos minoritários em situação de maior vulnerabilidade?

A forma mais perigosa da discriminação contra as mulheres é a Violência Doméstica. Segundo a APAV,²³ 72.6% dos crimes contra pessoas registados em 2020 foram casos de violência doméstica, em variadas formas de violência e configurações familiares. Este número, muito menor que o ano anterior,²⁴ mostra que menos pessoas sentem a segurança necessária para fazer uma denúncia. No entanto, são inúmeros os casos onde pessoas são mortas pelos companheiros/as e que já tinham realizado queixa formal na esquadra de polícia. É necessário um melhor acompanhamento pelas forças

de segurança e das autoridades locais aquando da primeira denúncia. Assim, o Volt propõe uma série de medidas para responder a estes problemas.

- Ter pessoal com formação específica para acompanhar casos de violência doméstica.
- Criar linhas de apoio dentro das esquadras que fazem acompanhamento de casos sinalizados.
- Abrir mais casas de abrigo por distrito para disponibilizar um maior apoio, não só a mulheres , como também à comunidade LGBTQIA+ e também homens vítimas de violência.

13. Considerando que, para além das próprias recomendações do Grupo Trabalho Census 2021, já há vários anos que relatórios de entidades internacionais – tais como a ONU e ECRI -e têm vindo a alertar para a necessidade de recolha de dados étnico-raciais que permitem um diagnóstico transversal da dimensão das discriminações e contribuem para alavancar a elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades com fator racial, está o vosso partido disponível para concretizar estas recomendações?

O Volt está disponível para estudar a implementação destas recomendações desde que sejam estritamente garantidos a proteção dos dados e da identidade dos cidadãos.

14. Que outras questões são abordadas no vosso programa, não contempladas nas anteriores, no âmbito da imigração, promoção da igualdade, inclusão social, diálogo intercultural e combate à discriminação?

O conceito actual de diferentes raças é socialmente construído, uma vez que existe apenas uma raça humana (Homo sapiens). A utilização de tais termos deve, portanto, ser eliminada por lei e o conceito deve ser redefinido. O Volt propõe eliminar os termos "raça", "racismo" e "discriminação racial" em todas as legislações. Sobre esta questão, as políticas contra a discriminação devem consistir nos seguintes termos: etnia, origem nacional, descendência ou cor da pele. Atenção: O Volt não contesta o facto de que "racismo" - no sentido tradicional da palavra - existe e precisa de acabar, mas acredita que o reconhecimento de que todos os seres humanos são de uma raça é um factor chave para acabar com a discriminação.

A discriminação contra os ciganos é particularmente problemática em toda a Europa. Os ciganos representam a maior minoria étnica da Europa: estima-se que existam indivíduos que vivem na UE, e a maioria dos quais possui a cidadania de um país da UE. Publicações recentes mostram que cerca de 80% dos ciganos ainda estão em risco de pobreza.

Nesse sentido, o Volt quer garantir que os ciganos têm direitos iguais, tanto no sistema de justiça como na prática, e assegurar que a discriminação não seja mais tolerada. Para tal, assegurar que tenham igual acesso à educação, habitação, emprego e cuidados de saúde:

- Assegurar que durante o Inverno as pessoas não possam ser despejadas e defender uma trégua de expulsões durante o ano escolar, para permitir que as crianças permaneçam na escola.
- Criar campanhas de sensibilização sobre a comunidade cigana para diminuir o estigma.
- Assegurar a igualdade de acesso das crianças ciganas à escola pública, independentemente das situações de vida. Para tal, eliminar os obstáculos administrativos (tais como exigir às crianças que vivam na vizinhança da escola para aí se poderem inscrever).
- Garantir que os ciganos tenham acesso às infra-estruturas básicas e às necessidades humanas, tais como água corrente, electricidade e aquecimento.
- Incentivar programas a nível local para ajudar a resolver os problemas que os ciganos mais frequentemente enfrentam, incluindo aulas de línguas, cursos e formações para ajudar a encontrar emprego, assistência na obtenção da informação correcta sobre direitos e acesso a cuidados de saúde, etc.

A questão da liberdade religiosa é igualmente importante para o Volt, estando muitas vezes interligada com a origem étnica e nacional. Cada indivíduo tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, desde que não restrinja ou viole os direitos e liberdades de terceiros. A discriminação religiosa é um acto injustificado contra um indivíduo ou grupo, com base na religião ou crença. Tal acto pode ser uma forma directa de violência ou assédio, ou indirecto, em que as políticas e práticas colocam certas populações em situação de desvantagem. Apesar de vivermos numa sociedade europeia diversificada, a discriminação com base nestes motivos ainda persiste. Por exemplo, dois em cada cinco muçulmanos europeus são vítimas de discriminação no seu local de trabalho, habitação e no acesso aos serviços sociais. Um terço alega abuso verbal. Volt acredita que a religião é uma escolha livre e deve ser respeitada por todos. A discriminação com base na religião ou crença inclui a ausência de uma religião ou crença, tal como o ateísmo. Volt também acredita num estado laico, e trabalhará para assegurar que tais princípios sejam respeitados em toda a Europa.